

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002474-87.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **JAILTON DE ALBUQUERQUE SANTOS**
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

JAILTON DE ALBUQUERQUE SANTOS ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face de **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, ambas nos autos devidamente qualificadas.

Alegou, em síntese, que em 08/03/2009 sofreu acidente de trânsito e, consoante relatório médico, teve sequelas graves. Pediu a procedência da presente ação com a condenação da requerida ao pagamento da de R\$ 13.500,00.

A inicial veio instruída com os documentos.

A fls. 36 e ss a requerida apresentou contestação alegando preliminar de falta de interesse de agir e ausência de documento essencial à propositura da ação. No mérito, pontuou a ocorrência da prescrição. No mais, asseverou que não há qualquer incapacidade e que o pagamento foi



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

efetuado em conformidade com a tabela prevista na Lei 6.194/74. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

As preliminares foram afastadas pela decisão de fls. 136/138.

A perícia médica restou prejudicada ante a ausência do autor (a respeito confira-se ofício encaminhado pelo IMESC a fls. 167), que foi intimado especificamente a se manifestar nos autos e permaneceu inerte (cf. fls. 171).

Este, na síntese do que tenho como necessário, **É O RELATÓRIO.**

DECIDO.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 08/03/2009

Disso nos dá conta o BO que segue a fls. 15 e ss.

Via da presente busca o pagamento de R\$ 13.500,00 previstos no art. 3º, inciso II da Lei 11.482/07, ou seja, R\$ 8.437,50.

Não há nos autos documento indicativo do déficit permanente e pior, seu grau.

O autor deixou de comparecer à perícia médica designada justamente para aferir essas questões (a respeito confira-se fls. 167) evidentemente no seu interesse. E não justificou a ausência. Essa inércia permite concluir pela ausência de incapacitação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, nada mais resta a ser deliberado.

Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE** a súplica inicial e condeno o autor nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00, devendo ser observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 98, do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 13 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**